

A EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE MADEIREIRA NO ESTADO DO PARÁ: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA O SETOR FLORESTAL NO SÉCULO XX¹

¹ Autores: Marco Lentini, Leonardo Sobral, Fernando Nunes e Tomás Carvalho. IMAFLORA, dezembro de 2020. Produto gerado no âmbito do projeto Forest legality and transparency in the Brazilian Amazon, apoiado pela Good Energies Foundation.

RESUMO

Apesar da forte retração no setor madeireiro do Pará ao longo das duas últimas décadas, há evidências de que a fronteira madeireira ativa se deslocou neste período do 'arco do fogo e do desmatamento' para as regiões mais centrais do estado como a Calha Norte do rio Amazonas e sua porção ocidental. A partir dos dados extraídos dos sistemas oficiais de controle florestal, estimamos que o Pará produziu em 2019 ~3 milhões de metros cúbicos de madeira em tora a partir da exploração regulada de florestas naturais (i.e., manejo florestal e desmatamento autorizado), sendo que mais da metade desta produção foi gerada no oeste do estado. Tal produção equivale a grosseiramente 1/4 do maior patamar histórico registrado no Pará, igual a 11,3 milhões de metros cúbicos em 1998. Mais de 1/3 das 930 indústrias que processaram estas toras em 2019 se localizavam nos 10 principais polos de processamento, com destaque para Santarém, Portel e Juruti. No período entre janeiro de 2019 a setembro de 2020, a indústria madeireira do Pará produziu 2,2 milhões de metros cúbicos de produtos, destinados ao Nordeste (34% do total), para o consumo interno no próprio estado (27%), e mercados de exportação (1/4 do total produzido). Em 2019, US\$ 419 milhões em produtos madeireiros foram exportados, para destinos finais como a União Europeia (43%), Estados Unidos (33%), Índia (5%) e Japão (4%). Existem hoje excelentes perspectivas para o desenvolvimento do setor madeireiro paraense em bases legais e sustentáveis através da expansão do manejo florestal em empreendimentos privados e comunidades. Há ao menos 18 milhões de hectares de terras públicas federais e estaduais com potencial para o manejo florestal que poderiam suprir ao menos 170% da demanda atual por toras da indústria. Apostar com urgência em uma agenda positiva focada no manejo e concessões florestais; no reforço a ações de legalidade florestal e transparência do setor; além do fomento a pequenos produtores florestais é de fundamental importância para estabilizar a fronteira madeireira do Pará e tornar o setor madeireiro efetivamente um aliado na proteção de suas florestas.

HISTÓRICO E ANTECEDENTES

O estado do Pará é um gigante florestal. O segundo maior estado da federação, com 1,2 milhão de km² de extensão, ainda possui 68% do seu território coberto por florestas, descontando as áreas antropizadas e as formações vegetais naturais não florestais. O setor madeireiro do Pará, até a década de 1960 restrito à calha do rio Amazonas, evoluiu ao longo das últimas seis décadas, em um primeiro momento, a partir do amplo acesso aos estoques de madeiras valiosas de terra firme propiciado pela abertura de estradas oficiais (notadamente a PA 150 e a Belém-Brasília). A partir deste ponto, já na década de 1980, grandes polos madeireiros se estabeleceram na velha fronteira localizada junto ao 'arco do fogo e desmatamento', como Paragominas e Tailândia.



TIMBERFlow A plataforma da madeira



O papel da indústria madeireira – extensiva, predatória e não planejada – era justamente de apoiar a propagação de um modelo de desenvolvimento econômico local que implicava na conversão rápida de florestas para outros usos agropecuários. Neste sentido, seja devido a falta de técnicas adequadas voltadas a perpetuar a produção florestal no longo prazo mantendo a floresta em pé, seja devido a falhas no ordenamento público da atividade madeireira, este setor encorajou, mesmo que indiretamente, o crescimento rápido e efêmero dos municípios no arco do desmatamento, descrito por Schneider et al (2000) como o modelo de desenvolvimento 'boom-colapso'. Do ponto de vista da demanda, na outra ponta, o setor madeireiro do estado do Pará e da Amazônia também se mostraram fundamentais para suprir de maneira rápida a crescente necessidade por matérias-primas necessárias à expansão de obras de construção civil nas cidades brasileiras no sul e sudeste do país.

O setor madeireiro, entretanto, continua a ser estratégico para o estado do Pará. Ainda nos dias de hoje, segundo dados do IBGE, gera uma renda bruta associada a exploração de madeira em tora da ordem de R\$ 0,9 bilhão, além de pelo menos 45-55 mil empregos (baseado em informações coletadas em Pereira et al. 2010, RAIS 2020). Desde meados da década de 1990, modelos de exploração florestal foram desenvolvidos para permitir a exploração seletiva de espécies valiosas e manter a floresta conservada, através das técnicas de manejo florestal. Apesar do lento avanço do manejo florestal, o Pará contém hoje 70% da área submetida a concessões florestais e à certificação florestal FSC (Conselho de Manejo Florestal) em toda a Amazônia, o equivalente a 1,8 milhão de hectares. A grosso modo, esta área seria capaz de suprir de maneira sustentável no longo prazo ao menos 1/3 da produção total de madeira em tora do Pará nos dias atuais².

Com o advento das concessões florestais, diante da aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284), em 2006, novas perspectivas de expansão do manejo florestal e do fortalecimento do setor madeireiro estão presentes. No caso do Pará, há hoje um potencial para o manejo florestal empresarial e comunitário em terras públicas - considerando as Florestas Nacionais, Florestas Estaduais, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável -, sem contar os assentamentos rurais e territórios de populações tradicionais quilombolas, que somados estão na ordem de 29 milhões de hectares. Somadas às áreas atualmente sob manejo responsável, a utilização de apenas 13% desta área para o manejo florestal voltado a produção de madeira seria capaz de suprir no longo prazo o patamar atual de produção de madeira em tora do Pará.

OBJETIVOS DESTA BOLETIM E BASE DE DADOS UTILIZADA

Esta publicação faz parte de uma série editada pelo IMAFLORA com o objetivo de divulgar informações atualizadas sobre o setor madeireiro da Amazônia. Os boletins fazem parte de um esforço de construir uma plataforma de transparência para o setor florestal da Amazônia, apoiar a legalidade e o bom manejo de florestas e promover mercados para produtos florestais de origem sustentável. Este boletim usou uma base de dados desenvolvida pelo IMAFLORA a partir de guias florestais (de

² Considerando como área de efetivo manejo florestal 82% da área total da unidade de manejo, ciclo de corte de 25 anos e uma intensidade média de exploração de 17 m³.ha⁻¹.

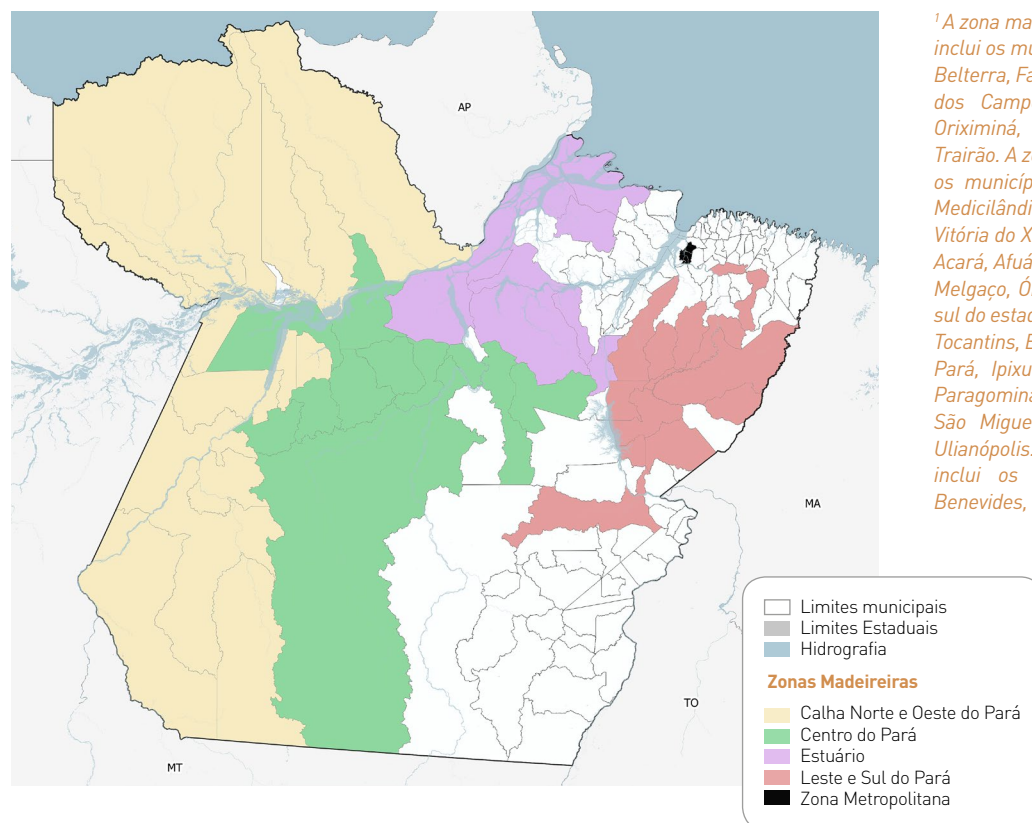


TIMBERFlow A plataforma da madeira



transporte, comercialização e processamento de madeira e de outros produtos) disponibilizadas pelo IBAMA (sistema DOF, de 2007 a setembro de 2020) e pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do estado do Pará (SISFLORA), para o período entre 2006 a setembro de 2020³. Neste terceiro boletim, apresentamos o status do setor madeireiro do estado do Pará, comparando a evolução do setor com as informações documentadas na literatura, com especial foco no trabalho do IMAZON⁴ relativo à descrição da geografia econômica da atividade madeireira da Amazônia a partir do final da década de 1990 (Smeraldi et al. 1999, Veríssimo et al. 2002, Lentini et al. 2003, Lentini et al. 2005, e Pereira et al. 2010). Para permitir a análise da dinâmica dos polos madeireiros do estado, ao longo das últimas duas décadas, classificamos os municípios produtores em cinco zonas madeireiras, seguindo uma metodologia semelhante ao descrito no conjunto da obra do IMAZON mencionada acima (Figura 1).

Figura 1
As zonas madeireiras do estado do Pará, 2019-20 (Fonte: IMAFLORA)¹.



¹ A zona madeireira da Calha Norte e oeste do Pará inclui os municípios de Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa e Trairão. A zona madeireira do Centro do Pará inclui os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajás, Placas, Rurópolis, Uruará e Vitória do Xingu. O estuário inclui os municípios de Acará, Afuá, Anajás, Bagre, Baião, Chaves, Gurupá, Melgaço, Óbidos, Portel e Porto de Moz. O leste e sul do estado inclui os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Capitão Poço, Goianésia do Pará, Ipixuna do Pará, Jacundá, Marabá, Moju, Paragominas, Rondon do Pará, São Félix do Xingu, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açu e Ulianópolis. Finalmente, a zona metropolitana inclui os municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.

³ Embora uma parcela importante desses dados esteja amplamente disponível a qualquer parte interessada, o grande volume de guias torna quase impossível a tarefa de extrair informações delas sem um trabalho robusto anterior de tecnologia de informação. Sendo assim, apresentamos nas publicações informações não acessíveis a qualquer cidadão interessado em desenvolver uma melhor compreensão do comportamento da indústria florestal brasileira com base nesses dados.

⁴ Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (ver www.imazon.org.br).



TIMBERFlow A plataforma da madeira



O SETOR MADEIREIRO DO ESTADO DO PARÁ EM 2019-20

Em 2019, o Pará produziu cerca de 3 milhões de metros cúbicos de madeira a partir da exploração regulada de florestas naturais (i.e., manejo florestal e desmatamento autorizado). Em 2020, a produção aferida foi de 2,2 milhões de metros cúbicos, sendo que esta estimativa não leva em consideração o último trimestre deste ano. Mais de metade desta produção se concentra ao longo da Calha Norte do rio Amazonas e no oeste do Pará, seguido por 25% no estuário paraense, sendo que regiões produtoras mais antigas, como o leste e o sul do Pará, respondem por apenas 13% da produção total (Tabela 1). A exaustão das florestas nas antigas fronteiras é provavelmente a principal explicação para que isto esteja acontecendo. Os principais municípios produtores do estado em 2019-20 são Santarém, Juruti, Prainha e Portel.

Ainda sobre a origem da madeira em tora, em 2019, o volume produzido sob concessões florestais em terras públicas federais e estaduais foi relativamente pequeno em comparação ao seu potencial de produção, compondo 10% do total produzido no Pará. Outros 13% da produção de madeira em tora foram produzidos em associações comunitárias, seja em terras públicas como reservas extrativistas ou em assentamentos rurais e territórios quilombolas. Ou seja, a maioria da produção do estado, 77% do total, foi oriunda de planos de manejo florestal ou autorizações de desmatamento em áreas privadas.

Tabela 1

Produção de madeira em tora por zona madeireira no estado do Pará, 2019-20.

ZONA MADEIREIRA	PRODUÇÃO DE MADEIRA EM TORA ¹		PRINCIPAL MUNICÍPIO PRODUTOR (M ³ EM 2019)	% DA PRODUÇÃO TOTAL (2019-2020)
	2019	2020 (menos 4º TRIM)		
CALHA NORTE E OESTE DO PARÁ	1.543.568,12	1.225.882,80	Santarém (373,1k)	52,1%
ESTUÁRIO	839.137,96	535.476,62	Portel (288k)	25,8%
CENTRO DO PARÁ	263.991,86	136.462,90	Altamira (112 k)	7,5%
LESTE E SUL DO PARÁ	370.716,30	304.465,60	Paragominas (159k)	12,7%
ZONA METROPOLITANA	57.007,93	42.047,85	Belém (27k)	1,9%
ESTADO DO PARÁ	3.074.422,17	2.244.335,77	-	100%

¹ Fonte: IMAFLORA, a partir dos dados do sistema DOF e do SISFLORA Pará (SEMAS).



TIMBERFlow A plataforma da madeira



Em 2019, 932 empresas madeireiras receberam madeira em tora para processá-la em produtos diversos. Mais de 1/3 destas indústrias se localizavam nos 10 principais polos de processamento. Conjuntamente, estes 10 polos receberam 60% da madeira em tora produzida no estado no período entre janeiro de 2019 e setembro de 2020, com destaque para os municípios de Santarém, Portel e Juruti (Tabela 2). Embora a zona metropolitana da capital paraense produza atualmente uma parcela pequena da madeira em tora do estado (~2%), por questões como infraestrutura instalada e acesso a mercados, ainda tem um papel importante no processamento de madeira, contando com polos importantes como Belém, Benevides, Ananindeua e Santa Bárbara do Pará.

Tabela 2

. Principais polos de processamento de madeira em tora no estado do Pará, 2019-20¹.

POLO MADEIREIRO	NÚMERO DE EMPRESAS (2019)	CONSUMO DE MADEIRA EM TORA NAS INDÚSTRIAS			% DO CONSUMO TOTAL (2019-2020)
		2019	2020 (MENOS 4º TRIM)	TOTAL	
SANTARÉM	48	316.368,43	261.734,74	578.103,17	10,9%
BELÉM	56	151.457,28	191.289,38	342.746,66	6,4%
PORTEL	20	204.161,16	127.442,22	331.603,37	6,2%
JURUTI	16	202.925,27	111.918,03	314.843,30	5,9%
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	45	162.277,29	139.966,84	302.244,14	5,7%
MOJU	52	101.315,91	179.767,53	281.083,45	5,3%
BENEVIDES	48	96.138,27	170.667,43	266.805,70	5,0%
PRAINHA	17	186.871,96	76.275,26	263.147,22	4,9%
PARAGOMINAS	18	155.543,36	102.475,19	258.018,55	4,9%
TOMÉ-AÇU	28	134.517,22	103.959,77	238.476,99	4,5%
Total do Pará	932	3.074.422,17	2.244.335,77	-	-
Número de polos	-	66	56	-	-
Consumo médio anual por polo (m³)	-	46.582,15	40.077,42	-	-

¹ Fonte: IMAFLORA, a partir dos dados do sistema DOF e do SISFLORA Pará (SEMAS).



TIMBERFlow A plataforma da madeira



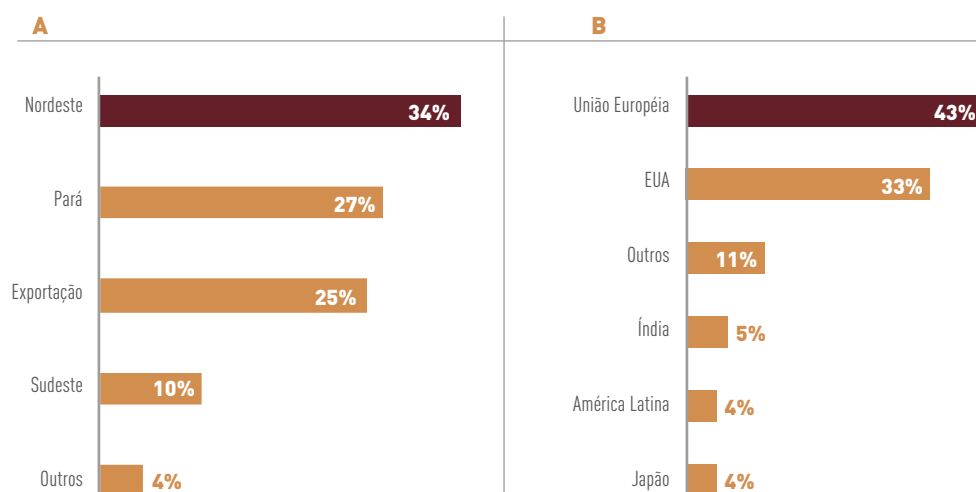
MERCADO DOS PRODUTOS MADEIREIROS GERADOS NO ESTADO DO PARÁ EM 2019-20

No período entre janeiro de 2019 a setembro de 2020, a indústria madeireira do estado do Pará gerou 2,2 milhões de metros cúbicos de produtos, o que seria equivalente a 41% do volume de madeira em tora extraído. Tais resultados são consistentes com os rendimentos volumétricos médios da indústria madeireira aferidos por levantamentos como Pereira et al. (2010). Como discutiremos na próxima seção, apesar de avanços em termos do aumento de agregação de valor aos produtos madeireiros gerados ao longo das últimas duas décadas, a maior parte da produção paraense ainda é constituída por peças de baixo valor agregado destinadas ao mercado de construção civil, como caibros, ripas, vigas, pranchas, tábuas e sarrafos. O principal mercado da produção madeireira gerada no Pará é o Nordeste brasileiro, compondo 34% do total, seguido pelo consumo interno no próprio estado do Pará (27%) e exportação (1/4 do total produzido) (Figura 2A). As proporções de produção destinadas à exportação são, deste modo, bastante superiores à média da produção exportada pela Amazônia entre os anos de 2012-2017, estimada em 9% (IBAMA 2019). Devido à participação relativamente alta dos mercados externos no consumo dos produtos madeireiros gerados do Pará, o estado pode ser considerado estratégico de um ponto de vista de ações, políticas e sistemas voltados ao fomento da legalidade florestal, considerando que tais mercados se mostraram historicamente muito mais seletivos em relação à origem da madeira.

De acordo com os dados de comércio exterior brasileiro, no período entre janeiro de 2019 a setembro de 2020, US\$ 419 milhões em produtos madeireiros foram exportados pelo estado do Pará para destinos finais como a União Europeia (43%), Estados Unidos (33%), Índia (5%) e Japão (4%) (Figura 2B).

Figura 2

Mercado para os produtos madeireiros gerados no estado do Pará entre janeiro de 2019 a setembro de 2020. (A) Destino dos produtos gerados no estado do Pará, considerando a produção total neste período¹. (B) Percentual do valor exportado pelo estado do Pará por destino, considerando o período mencionado².



¹ Valor total de 2,2 milhões de metros cúbicos de madeira. Fonte: IMAFLORA, a partir dos dados do sistema DOF e do SISFLORA Pará (SEMAS).

² Valor total de 419,3 milhões de dólares Americanos. Fonte: Comex Stat, 2020. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Compilação e análise provida pelo IMAFLORA.



TIMBERFlow A plataforma da madeira

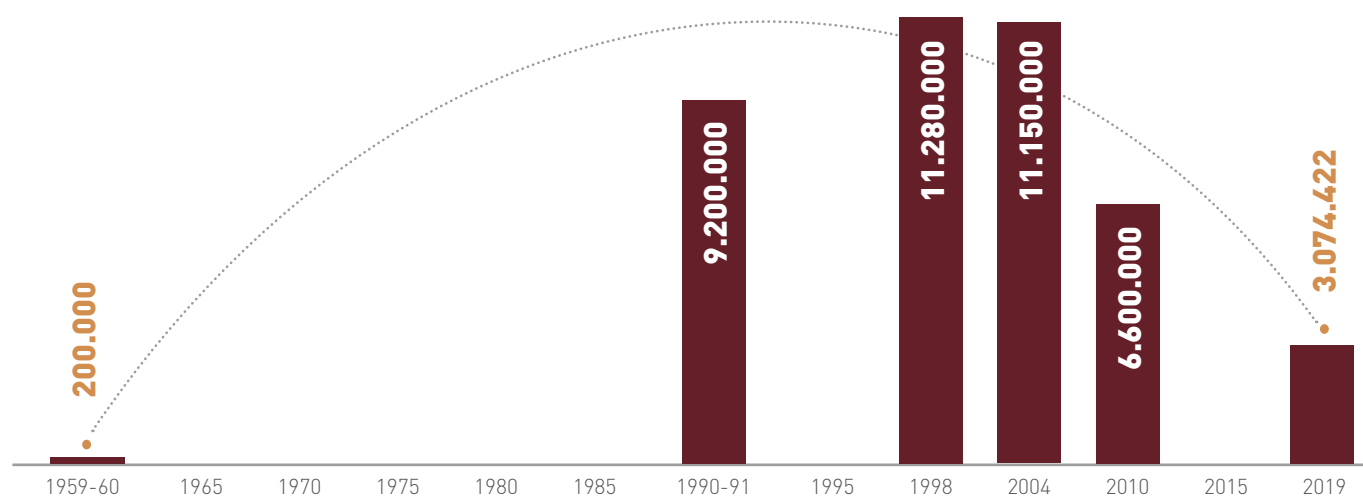


A EVOLUÇÃO DO SETOR MADEIREIRO DO ESTADO DO PARÁ (1998-2020)

A análise da literatura e dos dados existentes demonstra que o setor madeireiro do estado do Pará baseado em florestas naturais passa hoje por um momento de significativa retração da produção. Os primeiros levantamentos existentes estimam que o estado produzia, no final da década de 1950, cerca de 200 mil metros cúbicos de madeira em tora (Knowles 1971), principalmente oriundos da exploração de florestas estuarinas localizadas ao longo da calha do baixo Amazonas. Em seguida, há um hiato de informações sobre a indústria até as primeiras estimativas geradas pelo IMAZON. Em 1991, Uhl (1991) estima que a produção já saltara para um patamar de 9 milhões de metros cúbicos anuais, já no período em que extensas florestas de terra firme estavam acessíveis após à construção de estradas oficiais (no caso do Pará principalmente a PA 150 e a Belém-Brasília) e que importantes polos madeireiros estavam se estabelecendo para a rápida conversão de florestas para a agropecuária, como era o caso de Paragominas. Em 1998, a produção de madeira em tora chegaria ao seu auge, no patamar de 11,3 milhões de metros cúbicos anuais, com grande concentração de polos ao longo da porção paraense do 'arco do fogo e do desmatamento' (Veríssimo et al. 2002, Lentini et al. 2003). Este nível de produção permaneceu relativamente estável até meados da década de 2000, mas já mostrava franca tendência de declínio no final da década, sendo estimada em 6,6 milhões de metros cúbicos em 2009-2010 (Pereira et al. 2010) (Figura 3). Como apresentamos anteriormente, nos dias atuais, a produção é de cerca de metade da registrada em 2010 e quase ¼ do auge registrado em 1998.

Figura 3

Evolução histórica da produção de madeira em tora a partir de florestas naturais no estado do Pará, 1959-2020¹ (em metros cúbicos)



¹ Fontes: Knowles (1971), Uhl et al. (1991), Lentini et al (2003), Lentini et al. (2005), Pereira et al. (2009). Dados de 2019 se referem ao IMAFLORA, a partir dos dados do sistema DOF e do SISFLORA Pará (SEMAS).



TIMBERFlow A plataforma da madeira



No segundo boletim editado para esta série de publicações (Lentini et al. 2019), discorreremos sobre os fatores que levaram à retração da produção e de mercado de produtos madeireiros gerados na Amazônia a partir das florestas naturais nos últimos vinte anos. Na opinião de especialistas consultados, existem ao menos dois fatores importantes que motivaram este fenômeno. Primeiro, está o efeito de substituição da madeira tropical em seus principais mercados, notadamente os mercados internos do Brasil. Em suma, a madeira da Amazônia, por diferentes razões, foi substituída por produtos mais práticos, baratos e populares nas principais obras de construção civil, citando o plástico, aço, alumínio, PVC e outros. O segundo fator, que se relaciona ao anterior, são questões reputacionais por trás da madeira da Amazônia, crescentemente associada com o desmatamento e a ilegalidade. Este movimento, além de ter esfriado o clima de negócios para a compra da madeira tropical, estimulou uma escalada de regulamentos e de requerimentos relacionados ao uso de tais produtos, o que encorajou muitos mercados finais a optar por matérias primas alternativas. Em terceira posição, estão os avanços em termos de monitoramento e do controle da atividade madeireira ilegal e sem comprovação da origem da madeira produzida, o que também apoiou a coibição de parte da produção.

Apresentamos no Quadro 1 uma comparação entre as principais características do setor madeireiro do estado do Pará em 1998 e em 2019. Estes dados demonstram que, ao longo deste período de um pouco mais de duas décadas, além da retração da produção do setor, houve uma migração da fronteira madeireira ativa do Pará, que se deslocou do leste e sul do estado para sua porção ocidental. Entre os destaques do Quadro apresentado, temos que no final da década de 1990 os principais polos de produção estavam ao longo do 'arco do fogo e do desmatamento', como Paragominas, Tailândia e Jacundá, sendo que nos dias atuais os principais municípios produtores são Santarém, Portel e Juruti, nas porções mais central e ocidentais do estado. Regiões como a Calha Norte do rio Amazonas, que eram inexploradas em termos de atividade madeireira industrial até o final de década de 1990, detinham uma produção de cerca de 600 mil metros cúbicos em 2018 (Lentini et al. 2020).

Do ponto de vista de mercados, apesar da produção atual ser de quase 1/4 da registrada em 1998, houve um aumento relativo importante na geração de produtos como maior valor agregado, beneficiados e aparelhados de madeira (como decking, pisos, e madeira aplainada em 2 e 4 faces - S2S e S4S), passando de 6% do montante comercializado em 1998 para 16% em 2019 (Quadro 1). Neste período, também é meritório de nota o aumento expressivo da participação do Nordeste brasileiro como destino dos produtos madeireiros paraenses (32% do total em 2019), assim como um aumento do consumo dentro do próprio estado do Pará (28% do total em 2019), possivelmente devido a demanda da construção civil impulsionada pelo aumento da classe média na zona metropolitana de Belém e nos demais centros urbanos do estado nos últimos 20 anos.

Finalmente, a geração de laminados, compensados e chapas de madeira dentro do próprio estado, que estava na magnitude de 17% da produção total em 1998, sofreram forte retração e compunham cerca de 1% da produção em 2019. De fato, no passado, a Amazônia brasileira foi um importante supridor de compensados para os mercados internacionais, notadamente os países da União Europeia. Esta realidade deixou de existir, entretanto, de modo gradual, já que desde 2009 ao nível nacional os países europeus iniciariam uma lenta transição de consumo de compensados para preferir os produtos de origem malaia em detrimento dos brasileiros e indonésios (ITTO 2020). Dentro do próprio país, o compensado oriundo de florestas naturais também sofreu neste período uma forte substituição por chapas produzidas a partir de florestas plantadas no sul e sudeste do Brasil.



TIMBERFlow A plataforma da madeira



Quadro 1

Comparação entre as principais características do setor madeireiro do estado do Pará ao longo das duas últimas décadas, entre 1998 e 2019.

CARACTERÍSTICA	1998 ¹	2019 ²
Número de polos e de empresas madeireiras	1210 empresas em 72 polos	932 empresas em 66 municípios processadores
Principais polos madeireiros e consumo de madeira em tora	Paragominas (2,3 milhões de m ³), Tailândia (900 mil m ³), Jacundá (750 mil m ³)	Santarém (316 mil m ³), Portel (204 mil m ³), Juruti (202 mil m ³)
Distribuição da produção por zona madeireira	Leste e sul do Pará (76%), Estuário (12%), Centro do estado (6%) e Oeste do Pará (6%)	Calha Norte e Oeste (50%), Estuário (27%), Leste e sul do Pará (12%), Centro do estado (9%), Zona Metropolitana (2%)
Produção total de produtos de madeira (sem considerar produtos destinados à fins energéticos)	4,2 milhões de m ³	1,3 milhões de m ³
Composição da produção (% do total)	Madeira serrada 77%, Produtos aparelhados 6%, Laminados e compensados 17%	Madeira serrada 83%, Produtos aparelhados 16%, Chapas e lâminas 1%
Destino dos produtos madeireiros	24% exportação, 7% estado do Pará, 11% São Paulo, 58% outros mercados nacionais	25% exportação, 28% estado do Pará, 32% Nordeste, 15% outros mercados nacionais
Valor das exportações de madeira (US\$ milhões)³	254,3	228,2
Principais países compradores dos produtos madeireiros exportados da Amazônia³	Estados Unidos, França, Espanha, Países Baixos, Portugal e Japão	União Europeia, Estados Unidos, Índia e Japão

¹ Fonte: Veríssimo et al. (2002), Lentini et al. (2003).

² Fonte: IMAFLORA, a partir dos dados do sistema DOF e do SISFLORA Pará (SEMAS).

³ Comex Stat, 2020. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.



TIMBERFlow A plataforma da madeira



PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO PARÁ NO SÉCULO XXI

Existem hoje excelentes perspectivas para o desenvolvimento do setor madeireiro paraense em bases legais e sustentáveis. Possivelmente uma parcela importante da solução está baseada na expansão do manejo florestal em terras públicas federais e estaduais, seja através das concessões ou do manejo florestal comunitário em áreas como reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável. Neste momento, há no estado do Pará cerca de 1,5 milhão de hectares de florestas públicas manejadas, sendo que estimamos que o potencial de produção destas áreas, da ordem de 836 mil metros cúbicos anuais, seria capaz de suprir cerca de 27% da demanda atual por madeira em tora.

Entretanto, é possível neste momento, através do manejo florestal, satisfazer toda a demanda por madeira em tora no Pará através do manejo florestal, de modo a manter a indústria operando em bases sustentáveis indefinidamente. Para isso, a ação a ser tomada seria utilizar ao menos 50% da área existente hoje em florestas nacionais, florestas estaduais, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas extrativistas para a produção de madeira sob manejo florestal. Mesmo realizando uma estimativa conservadora, os 18 milhões de hectares de terras públicas federais e estaduais com potencial para o manejo florestal poderiam suprir quase 170% da demanda atual por toras da indústria. Em outras palavras, seria capaz, somada à área já atualmente sob manejo e/ou certificada, de suprir uma demanda anual de 5,7 milhões de m³ de madeira em tora.

Na Tabela 3, apresentamos estas estimativas por zona madeireira. É importante notar que as zonas mais recentes, como o Oeste, centro do estado, além do estuário, possuem um montante de terras públicas que poderiam suprir de maneira confortável a atual demanda por madeira em tora (Figura 4). No caso do centro do estado, de fato, a quantidade de florestas existentes poderia suprir 5 vezes a demanda atual. No entanto, é importante notar que tanto o leste do estado como a zona metropolitana estariam em déficit mesmo com tal estratégia de expansão do manejo florestal. Uma possibilidade para ambas as zonas poderia ser adicionar ao conjunto de áreas potenciais para o manejo florestal os assentamentos rurais de reforma agrária de diferentes modalidades e os territórios quilombolas interessados em conduzir esta atividade. De fato, se 50% da área dos territórios quilombolas e assentamentos fossem somados ao conjunto anteriormente mencionado para a produção de madeira, assumindo os mesmos índices que usamos anteriormente, haveria um conjunto de florestas de produção capaz de suprir no longo prazo 9,4 milhões de metros cúbicos de madeira à indústria regional, voltando a patamares de produção próximos aos experienciados em meados da década de 2000.



TIMBERFlow A plataforma da madeira



Tabela 3

Áreas públicas federais e estaduais com potencial para o desenvolvimento do manejo florestal e comparação com a produção de madeira em tora em cada zona madeireira do estado do Pará, 2019.

ZONA MADEIREIRA	VOLUME DE MADEIRA EM TORA (2019) ¹	ÁREAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS POTENCIAIS PARA O MANEJO FLORESTAL ²			% DA DEMANDA QUE PODERIA SER SUPRIDA PELO MANEJO FLORESTAL ³
		FLONAS E FLOTAS	RESEX E RDS	TOTAL	
CALHA NORTE E OESTE DO PARÁ	1.543.568,12	6.626.589,96	432.100,31	8.602.258,39	155,4
CENTRO DO PARÁ	263.991,86	578.259,64	4.239.273,01	5.081.524,51	536,7
ESTUÁRIO	839.137,96	0,00	3.425.519,92	4.264.657,88	141,7
LESTE E SUL DO PARÁ	370.716,30	304.316,99	58.800,00	733.833,29	55,2
ZONA METROPOLITANA	57.007,93	0,00	0,00	57.007,93	27,9
TOTAL GERAL	3.074.422,17	7.509.166,59	8.155.693,23	18.739.282,00	169,9

¹ Fonte: IMAFLORA, a partir dos dados do sistema DOF e do SISFLORA Pará (SEMAS).

² Fontes: Acervo Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2019) e Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2019).

³ Considerando o uso de apenas 50% das terras públicas para a produção de madeira, 82% da unidade de manejo sob efetivo manejo florestal, ciclo de corte de 25 anos e uma intensidade média de exploração de 17 m³.ha⁻¹.

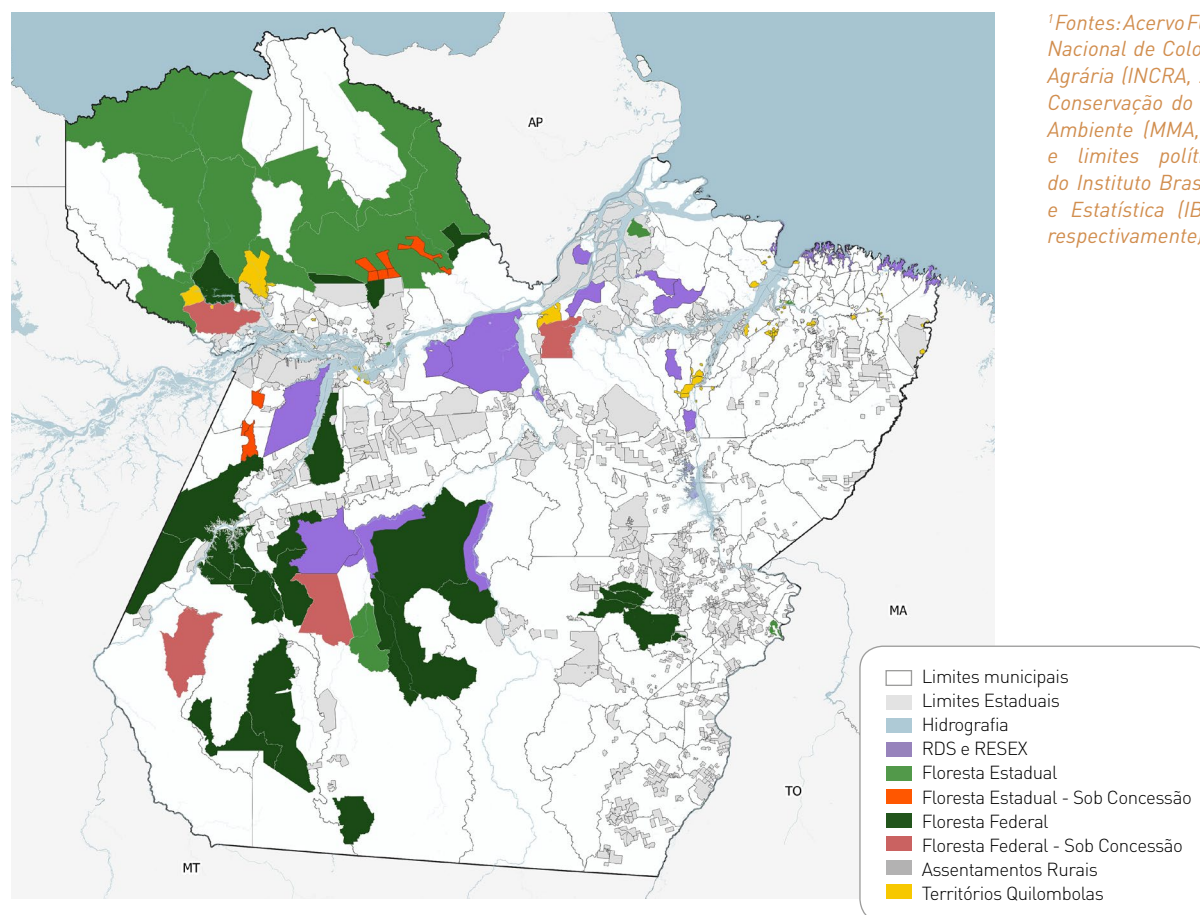


TIMBERFlow A plataforma da madeira



Figura 4

Áreas públicas atualmente destinadas ou potencialmente destináveis para a produção madeireira baseada no manejo florestal no estado do Pará, 2020¹.



Advogamos que apostar com urgência em uma agenda positiva focada no manejo florestal, no reforço a ações de legalidade florestal e no fomento a pequenos produtores florestais é de fundamental importância. Esta série de publicações tem demonstrado desde seu primeiro fascículo que é inequívoca que a falta de ordenamento territorial tem levado a migração de empresas madeireiras da Amazônia de maneira gradual ao longo das duas últimas décadas devido a exaustão das florestas de produção nas velhas fronteiras. Se não estabilizada, a atual fronteira madeireira do centro, estuário e oeste do estado continuarão a exaurir florestas em ritmo acelerado, não restando outra opção em algumas décadas que não seja a migração para regiões de florestas mais conservadas, notadamente o Amapá e o Amazonas. Vale a pena lembrar que esta atividade madeireira, fortemente extensiva e ligada ao desmatamento posterior das florestas, representa um importante gerador de conflitos sociais e de perdas de direitos de populações tradicionais no interior da Amazônia, de modo que as mazelas sociais advindas da morosidade em termos de estabilização da fronteira serão sentidas de modo agudo pela população paraense.



TIMBERFlow A plataforma da madeira



Tal agenda de fomento ao manejo florestal, em nossa opinião, precisa conter minimamente os seguintes elementos:

- 1) O aumento da velocidade na implementação das concessões florestais ao nível federal e estadual, precedido por uma revisão dos regulamentos e requerimentos que possam aumentar a viabilidade econômica e a competição pelas unidades de manejo florestal concessionadas. Campos relacionados que merecem um debate mais robusto se referem a atração de investidores de fora do setor interessados em investir em projetos de manejo florestal, além de aumentar a própria capacidade e capacitação das empresas e de seus trabalhadores para conduzir o manejo florestal com excelência.
- 2) O apoio do governo e da sociedade civil às comunidades detentoras de florestas e interessadas no manejo florestal, em especial às populações que estão em regiões próximas a fronteira ativa madeireira. Neste momento, muitas destas populações têm sofrido grande pressão de interessados em seus recursos madeireiros, porém com propostas pouco equilibradas e justas. O suporte para que tais comunidades tomem suas próprias decisões sobre o manejo de suas terras, seja de maneira direta ou através de acordos comerciais com empresas é urgentemente necessário. Tais acordos precisam ser desenvolvidos em um clima de transparência e de governança, e precisam conter um conjunto de salvaguardas capazes de preservar os valores ambientais e sociais essenciais a tais comunidades.
- 3) O desenvolvimento de uma estratégia com os mercados para que efetivamente façam seu papel na promoção da legalidade florestal, tirando do mercado a madeira de origem duvidosa ou fraudulenta, e recompensando os empreendimentos produzindo comprovadamente sob manejo responsável de suas florestas, como as concessões e as unidades florestais certificadas pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal). Neste campo, também se mostra importante um trabalho de promoção de novas espécies madeireiras pouco valorizadas nos mercados atuais, chamadas de espécies menos conhecidas. O uso de um conjunto maior de espécies tanto pode diminuir a pressão exercida sobre as principais essências florestais, que têm sido exauridas das florestas de produção, como aumentar a rentabilidade e a competitividade dos empreendimentos comprovadamente manejados.
- 4) O debate sobre uma estratégia de fortalecimento do parque industrial madeireiro da Amazônia, hoje com limitações em termos da qualidade dos produtos gerados, baixos rendimentos na conversão de madeira em tora para produtos, excesso de desperdícios e poucas perspectivas de uso dos subprodutos como os resíduos industriais gerados. Um maior rendimento no processamento e um número maior de espécies utilizadas poderiam aumentar em muito a rentabilidade do setor madeireiro da Amazônia com um aumento proporcionalmente muito menor na área total a ser explorada anualmente.



TIMBERFlow A plataforma da madeira



LITERATURA CONSULTADA

COMEX-STAT. Estatísticas de Comércio Exterior do Brasil. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2019. Produção Madeireira de Espécies Nativas: 2012 a 2017. Brasília. 378p.

IBGE. 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quantidade produzida e valor da produção na extração florestal. SIDRA. <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acessado em 22/12/2020.

ITTO. International Tropical Timber Organization. 2020. Report November 2020. ITTO mailing.

Knowles, O.H. 1971. Perspectivas das oportunidades de investimentos no desenvolvimento da indústria florestal da Amazônia brasileira. SUDAM. Belém, PA.

Lentini, M.; Palmieri, R.; Sobral, L. 2020. Atividade florestal madeireira no norte do Pará: do projeto Jari ao combate à ilegalidade e ao advento das concessões florestais. In: Palmieri, R. Florestas de Valor. Desenvolvimento territorial e sustentabilidade: a experiência do IMAFLORA no Norte do Pará. IMAFLORA, 2020. Capítulo 3, p. 64-93.

Lentini, M., Pereira, D., Celentano, D., Pereira, R., 2005. Fatos Florestais da Amazônia 2005. Belém: Imazon.

Lentini, M., Sobral, L., Planello, M., Vieira, R., Cerignoni, F., Nunes, F., e Guidoti, V. 2019. O que mudou no perfil da atividade madeireira na Amazônia nas últimas duas décadas (1998-2018)? Boletim Timberflow 1, julho de 2019. IMAFLORA, Piracicaba.

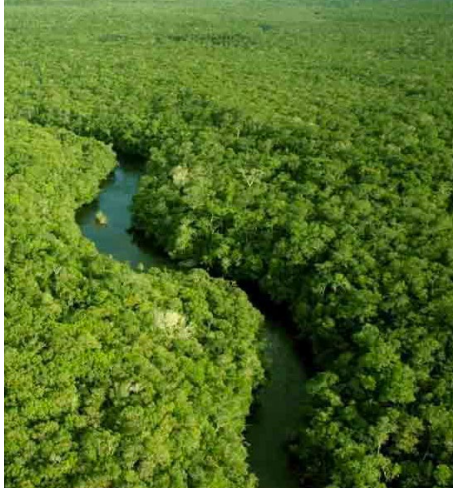
Lentini, M., Veríssimo, A.; Sobral, L. Fatos Florestais da Amazônia 2003. Belém: Imazon.

Pereira, D.; Santos, D.; Vedoveto, M.; Guimarães, J.; Veríssimo, A. 2010. Fatos Florestais da Amazônia 2010. IMAZON. Belém, 126p.
RAIS. 2019. PDET - Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. Ministério do Trabalho. <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acessado em 22/12/2020.

Schneider, R., Arima, E., Veríssimo, A., Barreto, P., Souza Jr., C., 2000. Amazônia Sustentável: limitações e oportunidades para o desenvolvimento rural. World Bank and IMAZON, Brasília (Brasil).

Smeraldi, R.; Veríssimo, A. 1999. Acertando o Alvo: Consumo de madeira no Mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal. Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, IMAFLORA e IMAZON. 44p.

Uhl, C.; Veríssimo, A.; Mattos, M.; Brandino, Z.; Vieira, I. 1991. Social economic and ecological consequences of logging in the Amazon frontier: the case of Tailândia. Forest Ecology and Management 46: 243-273.



Sobre o Imaflora:

O Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995 para promover a conservação, o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário.

www.imaflora.org

[instagram.com/imaflorabrasil](https://www.instagram.com/imaflorabrasil) 

[youtube.com/imaflora](https://www.youtube.com/imaflora) 

twitter.com/imaflora 

[facebook.com/imaflora](https://www.facebook.com/imaflora) 

imaflora.org/blog 

[linkedin.com/in/imaflora](https://www.linkedin.com/in/imaflora) 



TIMBERFlow A plataforma da madeira